www.diariodamanha-pe.com.br

QUANDO NÃO SE PROCURA CORRIGIR OS PEQUENOS DEFEITOS RESVALA-SE POUCO A POUCO PARA OS MAIORES (Imitação de Jesus Christo)

Diário da Manhã

O mais lido
Fundado em 16 de Abril de 1927

PREÇO R$ 1,00
08 PÁGINAS

Fundador: Carlos de Lima Cavalcanti - Recife, quinta - feira 13 de fevereiro de 2025 - ANO XXIV Nº 26.753 DIRETORA: BEATRIZ GOUVEIA

Bandidos estão usando nome da Febraban para aplicar golpes na população

A Febraban (Federação Brasileira de Bancos) alerta que criminosos estão usando o nome da entidade para aplicar golpes na população. As abordagens são usadas para trazer maior credibilidade para o crime e usam técnicas de engenharia social, que consistem na manipulação psicológica do usuário para que ele lhe forneça informações confidenciais ou faça transações em favor das quadrilhas.

A Febraban esclarece que a entidade é uma associação civil sem fins lucrativos que reúne instituições financeiras do país. No desempenho de suas atividades, a entidade não tem relacionamento direto com clientes e usuários do sistema bancário.

"A Febraban não contata pessoas físicas ou jurídicas por SMS, ligação telefônica, carta, e-mail, WhatsApp ou quaisquer redes sociais, para realização de procedimentos de segurança ou para a efetivação de operações financeiras. Trata-se de modalidade de golpe", alerta Walter Faria, diretor-adjunto de Serviços da Febraban.



Uma das abordagens usadas é o golpe do falso empréstimo. Bandidos criam páginas falsas na internet, se passam por falsas instituições financeiras e oferecem crédito com condições muito vantajosas para o consumidor, na maioria dos casos, prometendo liberação fácil de dinheiro para consumidores negativados.

Quando o interessado preenche o cadastro nestes sites fraudulentos, os bandidos entram em contato e pedem que ele assine um suposto contrato. Para que o falso empréstimo seja liberado, os golpistas pedem o pagamento de taxas e impostos e dizem que a prática é normal no mercado e usam o nome da Febraban, dizendo que a taxa é cobrada ou exigida pela Federação.

"Não existe nenhum empréstimo em que a pessoa tenha que fazer qualquer tipo de pagamento antecipado, seja de impostos, de preenchimento de cadastro ou de supostos adiantamentos de parcelas. Este tipo de abordagem é golpe. Em todas as operações de crédito regulares, o cliente recebe o dinheiro e não tem que pagar nada para isso", alerta Walter Faria.

Outra abordagem é mandar mensagens de SMS informando sobre uma transação suspeita de valor alto em uma compra no varejo, solicitando que o cliente entre em contato com uma suposta central de atendimento para esclarecer a questão.

No texto da mensagem aparece um número 0800, que supostamente seria uma central telefônica da Febraban. Também fazem gravações telefônicas, dizendo que uma transação está em análise e que para resolver o assunto, o consumidor deve fazer uma operação para regularizar o problema. Também podem pedir dados pessoais, como número de conta e senha, para cancelar uma suposta operação.

A Febraban informa que os bancos nunca ligam para clientes e pedem dados como senhas, token e outros dados pessoais em ligações telefônicas. Também não pedem para que clientes façam transferências ou Pix ou qualquer tipo de pagamento para supostamente regularizar problemas na conta. Os bancos não pedem para o cliente fazer um estorno de transação através de um telefonema.

Fonte: Febraban – Federação Brasileira de Bancos
Foto: Joédson Alves / Agência Brasil / CP

DIÁRIO DA MANHÃ O MAIS LIDO

Tempo hoje em Recife
26°
22°

DM - Dolar hoje


Dólar Comercial : 5,1620


Dólar Turismo : 5,3054

ANUNCIAR
(81)3424-6989/3224-6967
(81)99894-9401
(81) 99871-0165

Eufrázio

Câmara aprova proposta que proíbe escolas de recusar matrículas

Penalidades incluem advertência e suspensão do credenciamento

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou, na tarde desta terça-feira (11), o Projeto de Lei 9133/2017, que estabelece sanções para escolas que recusarem a matrícula de alunos em todos os níveis e modalidades de ensino, sem que haja justificativa formal. O foco da medida é impedir a recusa reiterada de escolas particulares em acolher matrículas de crianças e jovens, especialmente de pessoas com deficiência.

As penalidades previstas incluem desde advertência até a suspensão do credenciamento das escolas privadas junto ao Poder Público, o que pode impedir o seu funcionamento regular.

Diário da Manhã
O mais lido
Fundado em 16 de Abril de 1927
FUNDADOR: CARLOS DE LIMA CAVALCANTI

DIRETORA SUPERINTENDENTE E REDATORA CHEFE BENITA GOUVEIA DE MEIRELLES

DIRETORA PRESIDENTE BEATRIZ F. DE GOUVEIA

DIRETOR COMERCIAL HELENO F. GOUVEIA FILHO

RUA BARROS BARRETO, Nº 16 - SANTO AMARO - RECIFE-PE

AS MATÉRIAS E /OU ARTIGOS ASSINADOS SÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES, NÃO CONDIZENDO , NECESSARIAMENTE, COM A OPINIÃO DO JORNAL. OS COLABORADORES NÃO TEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO COM O JORNAL



"As denúncias que chegam é que estabelecimentos de ensino, alguns, não são todos, negam a matrícula pelo fato da criança ser criança com deficiência. Negam a matrícula porque a criança pertence a um grupo cultural, e a escola exclui. Crianças com autismo estão sendo discriminadas na escola. O projeto é óbvio. Se a escola justifica porque nega a matrícula, está resolvido o problema, não tem penalidade", explicou o deputado federal Helder Salomão (PT-MG), autor da proposta.

Na votação, o projeto recebeu o apoio de 297 parlamentares, contra 107 contrários, e seguirá agora para o Senado, que também precisa aprová-lo para que se torne uma lei federal.

Durante o debate em plenário, deputados de oposição se manifestaram contra a iniciativa, alegando que ela era muito abrangente e poderia impedir que a escola recusasse matrícula de alunos de pais inadimplentes com as mensalidades, por exemplo.

"O projeto deveria restringir-se somente a crianças com deficiência. O projeto atual fala simplesmente sobre a negação de matrícula e fazendo com que haja uma punição. Isso vai impactar as escolas privadas, chama-se interferência na livre iniciativa. É direito da escola, desse proprietário, não querer essa matrícula para um pai que tem o costume de ser inadimplente", argumentou o deputado federal Carlos Jordy (PL-RJ).

Para a maioria dos deputados, no entanto, o projeto de lei garante um direito fundamental de acesso à educação, independente da instituição de ensino ser pública ou privada.

"Em uma escola pública, nem se discute, negar uma matrícula é algo inaceitável, não podemos admitir em hipótese alguma. Mas, e na escola privada, podemos aceitar? Não. Por quê? A escola privada nada mais é do que uma concessão pública, com regras claras", observou o deputado Domingos Sávio (PL-MG).

"Estamos protegendo exatamente as pessoas com deficiência, com autismo, que são vítimas hoje da matrícula escolar. Estamos dando a opção da recusa justificada", ponderou a deputada federal Gisela Simona (União-MT).

Fonte: Agência Brasil
Foto: Wilson Dias/Agência Brasil

DIÁRIO DA MANHÃ O MAIS LIDO

Tempo hoje em Recife



DM - Dolar hoje


Dólar Comercial : 5,1620


Dólar Turismo : 5,3054

ANUNCIAR
(81)3424-6989/3224-6967
(81)99894-9401
(81) 99871-0165

Denúncias de imagens de abuso sexual infantil aumentam 78% no Telegram

O número de denúncias de grupos e de canais do Telegram contendo imagens de abuso e exploração sexual infantil cresceu 78% entre o primeiro e o segundo semestres de 2024, revela pesquisa feita pela SaferNet, organização não governamental (ONG) que, desde 2005, atua na promoção dos direitos humanos na internet. A pesquisa será apresentada nesta terça-feira (11), Dia Internacional da Internet Segura no Brasil, durante evento que vai até quarta-feira (12) na capital paulista.

"Este novo relatório, que está sendo protocolado hoje cedo no Ministério Público Federal, revela, comprova e evidencia que os problemas da plataforma persistem. São riscos sistêmicos que têm provocado danos às crianças e adolescentes no Brasil", disse o presidente da SaferNet Brasil, Thiago Tavares, em entrevista à Agência Brasil. "Isso está evidenciado pelo número de grupos e de canais denunciados no segundo semestre do ano passado, que aumentou 19% em relação aos números de grupos e canais denunciados no primeiro semestre do ano passado", afirmou Tavares.

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera crime a venda ou exposição de fotos e vídeos de cenas de sexo explícito envolvendo crianças e adolescentes. Também é crime divulgar tais imagens por qualquer meio e ter posse de arquivos desse tipo. Para a SaferNet, quem consome imagens de violência sexual infantil é cúmplice do abuso e da exploração sexual infantil.

O relatório divulgado hoje também apontou crescimento do número de usuários do aplicativo de mensagens Telegram que participam de grupos ou de canais que vendem e compartilham imagens de abuso sexual infantil e de material pornográfico. O número passou de 1,25 milhão no primeiro semestre do ano passado para 1,4 milhão no segundo semestre.

"Somando o que foi encontrado no primeiro e no segundo semestres [do ano passado], a gente está falando de mais de 2 milhões de usuários inscritos nesses grupos que comprovadamente continham imagens de abuso sexual infantil. Estamos diante de um problema em larga escala. E esta é uma plataforma que continua a operar com baixíssimo nível ou quase nenhum nível de compliance de conformidade com as leis do país e com moderação de conteúdo precário", acrescentou Tavares.

Grupos e canais

A pesquisa da SaferNet apontou ainda aumento do número de grupos e de canais do Telegram com imagens de abuso e exploração sexual infantil, passando de 874 para 1.043, o que representou aumento de 19%. Desse total, 349 ainda continuavam ativos ou em funcionamento, sem qualquer moderação da plataforma.

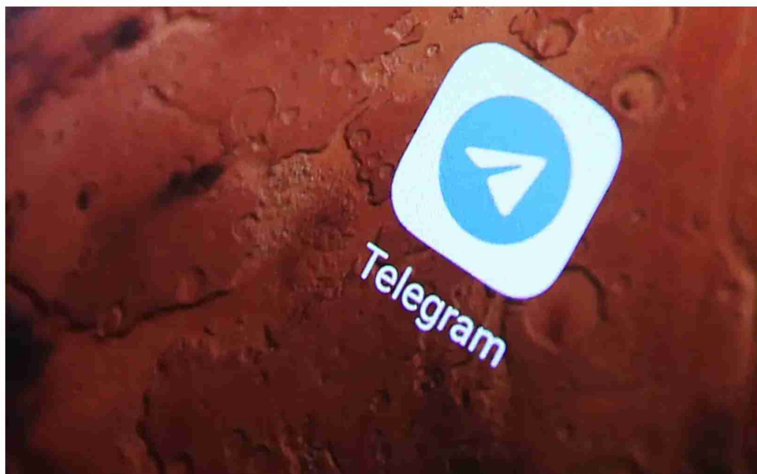
De acordo com a SaferNet, parte das imagens de abuso e exploração sexual infantil são comercializadas no Telegram, sendo que alguns dos vendedores aceitam como pagamento as "estrelas," a moeda virtual introduzida pela plataforma em junho de 2024. "Nós comprovamos que existem canais com imagens de abuso sexual infantil sendo negociadas como se fosse em um mercado ou uma feira livre, negociados livremente. E essas imagens circulam em 349 grupos na plataforma", disse Tavares. "Tais grupos permaneciam ativos, ou seja, em pleno funcionamento e sem qualquer tipo de moderação pela plataforma quando eles foram acessados no segundo semestre", acrescentou.

Segundo a SaferNet, o Telegram não tem registro no Banco Central do Brasil e usa 23 provedores de serviços financeiros para processar pagamentos, a maioria localizada na Rússia e na Ucrânia, ou em paraísos fiscais, como Hong Kong e Chipre. Quatro dessas plataformas de serviços financeiros já sofreram sanções internacionais: YooMoney, Sberbank, PSB e Bank 131.

"O Telegram tem uma criptomoeda, e essas transações ilegais também são processadas via criptomoedas. Este é outro aspecto importante evidenciado no novo relatório: as transações ilegais continuam acontecendo. A empresa usa processadores de pagamentos brasileiros, não cadastrados no Banco Central, e alguns estão processando pagamentos até mesmo em real", disse Tavares.

Líder em denúncias

O Telegram lidera em número de denúncias de "pornografia infantil" recebidas pela SaferNet, por meio da plataforma www.denuncie.org.br. No final de setembro, um mês após a prisão de Pavel Durov, dono do Telegram, a empresa anunciou que estava colaborando com pedidos de autoridades entregando "alguns dados de usuários" (números de telefone e IPs) mediante requisições legais.



Procurada pela Agência Brasil, a plataforma respondeu que "tem política de tolerância zero para pornografia ilegal" e que "utiliza uma combinação de moderação humana, ferramentas de IA e aprendizado de máquina, além de denúncias de usuários e organizações confiáveis para combater pornografia ilegal e outros abusos".

O Telegram também informou, em nota, que "todas as mídias enviadas para a plataforma pública do Telegram são comparadas com um banco de dados de hashes, contendo conteúdo CSAM (material de abuso sexual infantil) removido pelos moderadores do Telegram desde o lançamento do aplicativo".

"Em fevereiro, até agora, mais de 18.907 grupos e canais foram removidos do Telegram por relação com materiais de abuso infantil", escreveu a plataforma.

Para Tavares, no entanto, a moderação feita pela empresa continua falha. "Embora a empresa tenha anunciado um reforço nas suas tecnologias utilizadas para detecção automática dessas imagens, o fato é que essa moderação continua sendo falha e a prova disso é que canais com milhares - e alguns com dezenas de milhares - de usuários estão trocando livremente imagens de abuso sexual infantil. E essas imagens continuam disponíveis na plataforma por meses".

"Há uma distância entre o que a empresa diz que está fazendo e o que a gente tem observado, a partir das denúncias que recebe e das evidências coletadas. O relatório que eles publicaram após a primeira denúncia não revela a moderação feita por idioma, nem por país. Eles falam em 2,5 mil canais bloqueados por dia, mas não dizem onde isso foi bloqueado, em qual idioma, em qual mercado, em qual país. Então, pode ser que eles estejam priorizando os países em que há regulação ou uma cobrança maior das autoridades", explicou Tavares.

O Telegram é um dos cinco aplicativos mais baixados do mundo. Em 2024, ele ultrapassou 950 milhões de usuários ativos mensais. A empresa é sediada em Dubai.

Como denunciar

É possível denunciar páginas que contenham imagens de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Isso pode ser feito na Central Nacional de Denúncias da Safernet Brasil, que é conveniada com o Ministério Público Federal. Em caso de suspeita de violência sexual contra crianças ou adolescentes, deve ser acionado o Disque 100.

Conforme as denúncias, a plataforma Telegram também permite que os usuários reportem conteúdos, canais, grupos ou mensagens criminosas. Segundo a própria plataforma, todos os aplicativos do Telegram contam com botões de 'Denunciar' que permitem que seja sinalizado conteúdo ilegal.

No Telegram para Android, é preciso tocar na mensagem e selecionar Denunciar no menu. No iOS, deve-se pressionar e segurar a mensagem. No Telegram Desktop, Web ou Telegram para macOS, basta clicar com o botão direito na mensagem e selecionar Denunciar. Em seguida, deve-se escolher o motivo apropriado. Isso também pode ser feito por este e-mail.

Fonte: Agência Brasil

Foto: Valter Campanato/Agência Brasil

Heleno F. Gouveia Filho
Beatriz F. de Gouveia

DIÁRIO DA MANHÃ O MAIS LIDO

Tempo hoje em Recife



DM - Dolar hoje

Dólar Comercial : 5,1620

Dólar Turismo : 5,3054

ANUNCIAR
(81)3424-6989/3224-6967
(81)99894-9401
(81) 99871-0165

Barra de Tabatinga é destino tendência no Brasil para 2025, segundo a Booking.com



A Booking.com, renomada plataforma de reservas de serviços de turismo, revelou recentemente os destinos que prometem estar em alta no cenário turístico brasileiro em 2025. Entre os locais destacados, o município de Nísia Floresta, no Rio Grande do Norte, ganha evidência com a encantadora Barra de Tabatinga. Essa região paradisíaca reflete o crescente interesse dos viajantes por experiências únicas em meio à natureza e cultura local.

Localizada a cerca de 40 km de Natal, capital do estado, Barra de Tabatinga é um refúgio de beleza natural, oferecendo praias de águas cristalinas e falésias coloridas que criam paisagens de tirar o fôlego. Esse cenário único atrai não apenas turistas em busca de tranquilidade, mas também aventureiros interessados em atividades como voos de parapente, que proporcionam uma perspectiva aérea incomparável da região.

Um dos pontos altos de Barra de Tabatinga é o Mirante dos Golfinhos, situado no topo de uma falésia. O local oferece vistas panorâmicas impressionantes e a possibilidade de observar golfinhos e tartarugas marinhas, que frequentemente nadam nas águas da região.

Para aqueles que desejam vivenciar o melhor de Barra de Tabatinga, há diversas opções de hospedagem e gastronomia que complementam a experiência. A pousada Praia das Tartarugas, localizada à beira-mar, conta com piscina ao ar livre, restaurante e bar, garantindo conforto e comodidade aos visitantes. Outra excelente opção é a pousada Sua Praia, com um ambiente acolhedor e familiar. Ela oferece nove chalés exclusivos e completos, com piscina, equipamentos aquáticos, redes na varanda e chuveiro externo. O espaço ainda conta com um restaurante e bar à beira-mar, ideal para momentos de lazer e diversão para toda a família.

Já a Palawan Pousada & Bistrô se destaca pela combinação de charme rústico e sofisticação. Inspirada pela deslumbrante Palawan, nas Filipinas, a pousada proporciona um refúgio de tranquilidade, com quartos decorados com cuidado, além de uma experiência gastronômica única no seu bistrô, que mistura influências brasileiras, tailandesas e indianas.

No quesito gastronomia, o restaurante Mirante do Mar é outra parada obrigatória. Com um cardápio exclusivo que inclui pratos à base de camarão, carnes e peixes, o estabelecimento valoriza a rica culinária local.

Essa descoberta reflete as tendências crescentes no turismo nacional, em que os viajantes buscam destinos que aliam beleza natural, experiências autênticas e um toque de exclusividade. Nísia Floresta e sua Barra de Tabatinga têm tudo para conquistar ainda mais admiradores em 2025.

Mais informações: www.instagram.com/praiadastartarugas, www.instagram.com/suapraiatabatinga, www.instagram.com/pousada.palawan e www.instagram.com/mirante_do_mar/

Fonte: abcreporter.com.br
Foto: Divulgação Praia de Tabatinga

Luiz Felipe Moura
(colaborador autônomo)

DIÁRIO DA MANHÃ O MAIS LIDO

Tempo hoje em Recife

26°
22°



DM - Dolar hoje


Dólar Comercial : 5,1620


Dólar Turismo : 5,3054

ANUNCIAR
(81)3424-6989/3224-6967
(81)99894-9401
(81) 99871-0165

Eufrázio

ANS sugere criar planos estritamente para consultas eletivas e exames

Consulta pública receberá sugestões de 18 de fevereiro a 4 de abril



A Agência Nacional deProposta da Agência Nacional de Saúde Suplementar prevê cobertura em todas as especialidades médicas para os usuários, mas sem acesso a pronto-socorro, internação e terapias.(ANS) elaborou proposta voltada para a criação de planos de saúde voltados estritamente para consultas eletivas e exames. Os usuários teriam cobertura em todas as especialidades médicas, mas sem acesso a pronto-socorro, internação e terapias.

A realização de consulta pública para colher opiniões da sociedade sobre a proposta foi aprovada na segunda-feira (12). Os interessados poderão apresentar contribuições entre os dias 18 de fevereiro e 4 de abril. Os documentos que detalham a proposta devem ser disponibilizados ainda nesta semana. Além disso, foi marcada para o dia 25 deste mês uma audiência pública sobre o tema.

De acordo com a ANS, os novos planos seriam uma alternativa mais barata para os consumidores e não afetarim os que já existem no mercado. A expectativa é que tais planos sejam capazes de ampliar o acesso ao atendimento na atenção primária e secundária.

A ANS estima que 10 milhões de brasileiros poderiam ser incluídos com os novos planos, desafogando filas de exames no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e acelerando diagnósticos. "De acordo com dados do Ministério da Saúde e da Organização Pan-Americana da Saúde, a atenção primária tem capacidade de resolver de 80% a 90% das necessidades de saúde de uma pessoa ao longo da vida", destaca a agência.

Os novos planos seriam inicialmente criados em um sandbox regulatório. Isso significa que, nos primeiros dois anos, a oferta se daria em caráter experimental sob acompanhamento minucioso. Ao final desse período, a ANS fará uma avaliação para decidir se o modelo deve ser mantido ou descontinuado. As operadoras que quiserem participar do ambiente experimental precisarão criar e registrar o novo plano de saúde, que poderá ter coparticipação até o limite de 30%.

Fonte: Agência Brasil
Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

DIÁRIO DA MANHÃ O MAIS LIDO

Tempo hoje em Recife



DM - Dolar hoje

 Dólar Comercial : 5,1620

 Dólar Turismo : 5,3054

ANUNCIAR
(81)3424-6989/3224-6967
(81)99894-9401
(81) 99871-0165

Eufrázio

RD Congo pede que F1 rejeite GP em Ruanda: "Querem marca manchada de sangue?"

A escalada de tensões entre República Democrática do Congo e Ruanda provocou reações sobre a candidatura do país para receber a F1. Em carta, a ministra de Relações Exteriores de RD Congo, Thérèse Kayikwamba Wagner, citou violência na região e demonstrou apoio à candidatura da África do Sul



A República Democrática do Congo procurou a Fórmula 1 para pedir que a categoria encerre as negociações com Ruanda para fazer parte do calendário da categoria nos próximos anos. O motivo é o conflito entre as duas nações, que começou em 2022, marcado pela escalada militar e verbal de ambos os lados, provocando crescentes tensões políticas desde então.

Em uma carta enviada ao CEO da F1, Stefano Domenicali, a ministra das Relações Exteriores do país, Thérèse Kayikwamba Wagner, expressou sua preocupação sobre Ruanda se tornar uma potencial anfitriã da F1 em meio a uma guerra que toma conta da região.

"Escrevo para expressar profunda preocupação com as conversas em andamento da Fórmula 1 com Ruanda para sediar um grande prêmio em sua capital, Quigali. Ruanda está, atualmente, ocupando uma grande área da parte oriental da República Democrática do Congo em colaboração com o Movimento 23 de Março — grupo rebelde que atua no país —, deslocando mais de 700 mil cidadãos congoleses", escreveu a minstra.

"Embora eu aplauda o desejo da F1 em sediar uma corrida na África, questiono se Ruanda seria uma escolha que melhor representasse nosso continente e peço que vocês encerrem as negociações e descartem Ruanda como um possível anfitrião. A F1 realmente quer sua marca associada e manchada de sangue com Ruanda? Este é realmente o melhor país para representar a África no automobilismo global?", questiona Wagner.

A ministra ainda sugeriu que a F1 pense sobre a candidatura da África do Sul para que o país volte a receber a categoria nos próximos anos.

"Existem alternativas. Entendo que uma candidatura sul-africana está na mesa e a República Democrática do Congo apoiaria de todo o coração. Seria uma decisão adequada e fácil de tomar. Soldados sul-africanos, em operações de paz no meu país, foram mortos pelo próprio regime com o qual vocês buscam fazer negócios", afirmou.

"Pelo bem daqueles que deram suas vidas em nome da paz, faça a escolha certa e pelo menos faça seu sacrifício valer alguma coisa", concluiu a ministra.

Em dezembro do ano passado, Ruanda oficializou sua candidatura para fazer parte do calendário da F1. A intenção foi feita durante a tradicional festa de premiação da FIA (Federação Internacional de Automobilismo) na capital do país, Quigali, em evento que contou com a presença do presidente da organização, Mohammed Ben Sulayem, além do presidente da nação africana, Paul Kagame, e seu Ministro dos Esportes, Richard Nyirishema.

O circuito está sendo projetado pelo ex-piloto Alexander Wurz há mais de um ano junto com o governo local e seu representantes. O austríaco também trabalha no desenvolvimento da nova pista em Qiddiya City, na Arábia Saudita, que deve sediar a corrida de F1 quando estiver pronta – entre 2028 e 2029.

O traçado passará perto do aeroporto planejado na capital africana, em Bugesera, além das florestas e ao redor do lago da cidade, com um layout bastante rápido.

Ao portal inglês The Race, uma fonte de dentro da F1 disse que a categoria está monitorando a situação e que as decisões futuras "serão baseadas nas informações completas e no que for do melhor interesse do nosso esporte e dos nossos valores".

A Fórmula 1 se aproxima do retorno das férias. A próxima atividade é exatamente a sessão única de testes coletivos de pré-temporada, marcada para os dias 26, 27 e 28 de fevereiro, no Bahrein. A temporada 2025 começa com o GP da Austrália, nos dias 14-16 de março.

Fonte: grandepremio.com.br
Foto: Reprodução X/@MotorsportRw

DIÁRIO DA MANHÃ O MAIS LIDO



DM - Dolar hoje


Dólar Comercial : 5,1620


Dólar Turismo : 5,3054

ANUNCIAR
(81)3424-6989/3224-6967
(81)99894-9401
(81) 99871-0165

Eufrázio

Brasileiros sacaram R$ 241 milhões em valores a receber em dezembro

Apesar de repasse ao Tesouro, retiradas podem ser feitas judicialmente

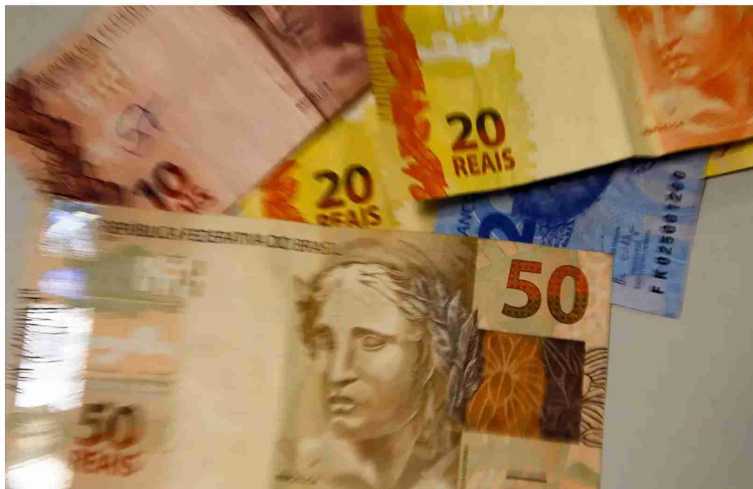
Os brasileiros sacaram R$ 241 milhões em valores esquecidos no sistema financeiro em dezembro, divulgou nesta terça-feira (11) o Banco Central (BC). Embora o dinheiro do Sistema de Valores a Receber (SVR) tenha sido transferido ao Tesouro Nacional em outubro, os saques podem ocorrer por meio de ações judiciais, até que o Tesouro publique um edital com as novas regras para a retirada.

Em relação ao estoque de valores esquecidos, até o fim de dezembro, os brasileiros não tinham sacado R$ 9,047 bilhões em recursos esquecidos no sistema financeiro. O SVR devolveu R$ 9,175 bilhões, de um total de R$ 18,222 bilhões postos à disposição pelas instituições financeiras.

As estatísticas do SVR são divulgadas com dois meses de defasagem, com a atualização de novas fontes de valores esquecidos no sistema financeiro. Caso os recursos não sejam requeridos nos próximos 25 anos, os valores a receber serão incorporados definitivamente ao patrimônio da União.

Apesar da transferência ao Tesouro, as estatísticas continuarão a ser atualizadas, com a inclusão de dados que estavam defasados. Os dados de janeiro, terceiro mês após o repasse do dinheiro ao Tesouro, só serão apresentados no início de março.

Em relação ao número de beneficiários, até o fim de dezembro, 27.843.566 correntistas haviam resgatado valores. Apesar de a marca ultrapassar os 27 milhões, isso representa apenas 36,26% do total de 76.796.085 correntistas incluídos na lista desde o início do programa, em fevereiro de 2022.



Entre os que retiraram valores até o fim de dezembro, 25.625.539 são pessoas físicas e 2.218.027, pessoas jurídicas. Entre os que ainda não fizeram o resgate, 45.040.100 são pessoas físicas e 3.912.419, pessoas jurídicas.

A maior parte das pessoas e empresas que não fizeram o saque têm direito a pequenas quantias. Os valores a receber de até R$ 10 concentram 65,26% dos beneficiários. Os valores entre R$ 10,01 e R$ 100 correspondem a 23,38% dos correntistas. As quantias entre R$ 100,01 e R$ 1 mil representam 9,64% dos clientes. Só 1,72% tem direito a receber mais de R$ 1 mil.

Depois de ficar fora do ar por quase um ano, o SVR foi reaberto em março de 2023, com novas fontes de recursos, um novo sistema de agendamento e a possibilidade de resgate de valores de pessoas falecidas. Os saques foram interrompidos após a transferência dos valores esquecidos para o Tesouro Nacional.

O repasse ao Tesouro ocorreu para compensar a prorrogação da desoneração da folha de pagamento até 2027. Os cerca de R$ 9 bilhões comporão os R$ 55 bilhões que entrarão no caixa do governo para custear a extensão do benefício, mas a decisão caberá ao Supremo Tribunal Federal (STF), que julgará uma ação que questiona a constitucionalidade da devolução ao Tesouro.

Melhorias

Desde setembro, o BC permite que empresas encerradas consultem valores no SVR. O resgate, no entanto, não podia ser feito pelo sistema, com o representante legal da empresa encerrada enviando a documentação necessária para a instituição financeira.

Como a empresa com CNPJ inativo não tem certificado digital, o acesso não era possível antes. Isso porque as consultas ao SVR são feitas exclusivamente por meio da conta Gov.br.

Agora o representante legal pode entrar no SVR com a conta pessoal Gov.br (do tipo ouro ou prata) e assinar um termo de responsabilidade para consultar os valores. A solução aplicada é semelhante ao acesso para a consulta de valores de pessoas falecidas.

Fontes de recursos

Em 2023, foram incluídas fontes de recursos esquecidos que não estavam nos lotes de 2022. Foram acrescentadas contas de pagamento pré ou pós-paga encerradas, contas de registro mantidas por corretoras e distribuidoras encerradas e outros recursos disponíveis nas instituições para devolução.

Além dessas fontes, o SVR engloba os seguintes valores, já disponíveis para saques no ano passado. Eles são os seguintes: contas-corrente ou poupança encerradas; cotas de capital e rateio de sobras líquidas de ex-participantes de cooperativas de crédito; recursos não procurados de grupos de consórcio encerrados; tarifas cobradas indevidamente; e parcelas ou despesas de operações de crédito cobradas indevidamente.

Golpes

O Banco Central aconselha o correntista a ter cuidado com golpes de estelionatários que alegam fazer a intermediação para supostos resgates de valores esquecidos, mesmo com a interrupção dos saques. O órgão ressalta que todos os serviços do Valores a Receber são totalmente gratuitos, que não envia links nem entra em contato para tratar sobre valores a receber ou para confirmar dados pessoais.

O BC também esclarece que apenas a instituição financeira que aparece na consulta do Sistema de Valores a Receber pode contatar o cidadão. O órgão também pede que nenhum cidadão forneça senhas e esclarece que ninguém está autorizado a fazer tal tipo de pedido.

Fonte: Agência Brasil

Foto: Marcello Casal Jr/Agência Brasil

DIÁRIO DA MANHÃ O MAIS LIDO

Tempo hoje em Recife



DM - Dolar hoje

 Dólar Comercial : 5,1620

 Dólar Turismo : 5,3054

ANUNCIAR
(81)3424-6989/3224-6967
(81)99894-9401
(81) 99871-0165

Eufrázio

INFORMATIVO-SINDAPE

SINDICATO DOS ADVOGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - SINDAPER Fundado em 15 de fevereiro de 1989 Registro Sindical (MTE - CNES)-Nº243.330.008421/90-53 CNPJ - 24.130.684/0001-04 Endereço: Rua do Sol, 357 bairro do Carmo, OLINDA-PE. – OLINDA/PE- CEP -53.140.080 CEP- 53. 129.010 - TeleFax: (81)9.99780605 BLOG: www.sindaper.blogspot.com.br Email: sindapeorg@gmail.com NOTÍCIAS SINDICAIS - SINDAPER ******************** ÓRGÃO NOTICIOSO DO SINDICATO DOS ADVOGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO- SINDAPER- PRESIDENTE BRUNO MATHEUS VICENTE DE MEDEIROS- DIRETORA DE COMUNICAÇÃO-//- MILENA MARIA MUNIZ XAVIER- CEL – 9.9442.7877 - //- SECRETÁRIO GERAL-EDWALDO GOMES DE SOUZA-CEL.9.9978.0605.- EXPEDIENTE DE ATENDIMENTO DE SEGUNDA À SEXTA FEIRA DAS 9:00 ÀS 17:00- REUNIÃO DA TERÇA-FEIRA DAS 9 AS 12 HORAS DA MANHÃ - EDIÇÃO DE 08 DE FEVEREIRO DE 2025. PUBLICAÇÃO- AOS SÁBADOS NO JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ-CEL 9.87924973 ATENÇÃO: INFORMA A DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO: O SINDICATO ESTARÁ EM BREVE NA REDE SOCIAL COM ENDEREÇO NA RUA DO SOL, 357 – OLINDA CARMO- ATENÇÃO: FILIAR-SE AO SINDAPER, É DEFENDER NOSSOS DIREITOS DE ADVOGADO/A, (ART. 8ª. III- C.F). DO ESTATUTO DO SINDAPER: -ART. 2º -IV" – INTEGRA A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA COMO ENTIDADE COMPROMETIDA COM O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO, O BEM ESTAR SOCIAL. "DAS ATRIBUIÇÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA: "CUMPRIR E FAZER CUMPRIR O PRESENTE ESTATUTO".ART. 16ª, NOTA IMPORTANTE – O SINDICATO ENCONTRA-SE EFETIVAMENTE REGISTRADO, NA FORMA DO ESTATUTO SOCIAL, EM VIGOR, CONFORME A ATA DA REUNIÃO-DA-ASSEMBLÉIA-GERAL- EXTRAORDINÁRIA -DATADA DE 19 DE SETEMBRO/2024, DE ACORDO COM A PORTARIA Nº. 3472 DE 04 DE OUTUBRO DE 2023 NO MINISTÉRIO DO TRABALHO EMPREGO EM BRASÍLIA DF. E COM O PROTOCOLO Nº. 250669, DE 03/05/2024 E RECEITA FEDERAL, EM BRASÍLIA- DF. E DEVIDAMENTE AVERBADA NO CARTÓRIO DO 2º.REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS DE OLINDA/PE FRANCISCO DE QUEIROZ CAVALCANTI – OFICIAL. DA REUNIÃO DAS TERÇAS FEIRAS- NÃO HOUVE À REUNIÃO EM 14/DE/FEVEREIRO /2025 –REUNIÃO INFORMAL DAS TERÇAS-FEIRAS- VIRTUAL E PRESENCIAL ÀS 10:00-HS. AS REUNIÕES COM OS MEMBROS DA DIRETORIA EXCUTUVA- (-QUE ESTÃO SENDO REALIZADA NA SEDE DA OAB/OLINDA-) – TEMPORARIAMENTE, ENQUANTO TOMAREMOS POSSE DE NOSSA SEDE PRÓPRIA NA CIDADE DE OLINDA NA RUA DO SOL, 357- BAIRRO DO CARMO. NOTA: TEMA DA REUNIÃO=(QUE FOI REALIZADA NA TERÇA-FEIRA – 14/01/2025) ATA REGISTRADA NO 2º. CARTÓRIO DE OLINDA/PE, DEVIDO A NECESSIDADE DA ENTIDADE SINDICAL DE OBTER RECURSO ATRAVÉS DA ANUIDADE QUE SERÁ COBRADA, O MOTIVO DA REUNIÃO , FOI DE FIXAR O VALOR DE R$ 30,00 POR MENSAL, OU ANUAL EM R$ 360.00, PAGO ATRAVÉS DO PIX PERANTE O BANCO SANTANDER AGENCIA DO BRASIL= AGENCIA 4001- AV. ALFREDO LISBOA,13,BAIRRO-DO-RECIFE-CEP:50.030.160- RECIFE,EM-IGUAL FORMULÁRIO AO ANTERIOR E QUE FOI APROVADO, NESTA REUNIÃO, PELOS MEMBROS DA EXECUTIVA DO SINDAPER PRESIDIDA POR BRUNO MATHEUS VICENTE DE MEDEIROS; EDWALDO GOMES DE SOUZA- SECRETÁRIO GERAL; ERIKA PATRICIA FELIX DA SILVA, ATUALMENTE RESPONDENDO PELA TESOURARIA.–: QUE O VALOR DA ANUIDADE ACIMA EXPOSTO PARA O EXERCÍCIO DE 2025, QUE SERÁ REMETIDO AOS FILIADOS VIA CORREIOS AOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, CUJO "OS PAGAMENTOS SERÃO EFETUADOS DA SEGUINTE MANEIRA: O DEPÓSITO A CRITÉRIO DO(A) FILIADO(A), EM QUALQUER AGÊNCIA DO BANCO SANTANDER BRASIL S/A - ANUIDADE – 2025 – VALOR RS 30,00 POR MÊS 1º.) EM ÚNICA PARCELA R$ 360,00 (EM QUALQUER DATA) // 2º. Em 2 (duas) Parcelas de R$ 180,00,00- (Meses=(JAN/FEV) a 3º. Referente aos MESES =,MAR, ABR. MAI e JUN = R$ 120,00)//4º)-Em3(três)Parcelas-de-R$.90,00,com-VENCIMENTOS: Em JUL/;AGO/;SET/;OUT/;NOV/;DEZ=2025. NA OPÇÃO DE UMA DAS MENSALIDADES – PODERÁ SER DEPOSITADA na AGÊNCIA principal do BANCO,(AGÊNCIA-(4001) AV. ALFREDO LISBOA, 13-BAIRRO do RECIFE//PE. NOTA: FORMA DE PAGAMENTO PELO PIX, 021.367.084-49 COM O VALOR EQUIVALENTE A MENSALIDADE OPTADA ou na CONTA nº. 02013703-1 sob a responsabildade da DIRETORA TESOUREIRA ERICA PATRICIA FELIX DA SILVA." AOS ADVOGADO/A/S -A Categoria Profissional Diferenciada, conforme preceitua o artigo 511 da CLT é aquela formada por empregados que exerçam profissões ou funções diferenciadas por força de Estatutos Profissionais Especiais, sendo a competência da Justiça do Trabalho as Entidades Sindicais que integram a Confederação Nacional das Profissões Liberais. O art. 133 –Constituição Federal, o Advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei. AS FUNÇÕES DO SINDICATO - As principais funções de um Sindicato são proteger, defender e apoiar os interesses comuns dos membros, atuando como um mediador entre os trabalhadores e as organizações para as quais eles/trabalham. PATRONO DA ADVOCACIA - RUY BARBOSA: "EM TODAS AS NAÇÕES LIVRES, OS ADVOGADOS SE CONSTITUEM NA CATEGORIA DE CIDADÃOS QUE MAIS PODER E AUTORIDADE EXERCEM PERANTE A SUA SOCIEDADE". FRASE CELEBRE-" "Não existe um caminho para a felicidade. A felicidade é o caminho" =..MAHATMA GANDHI TRIBUNA-DO-ADVOGADO-(A) – SINDICATO DOS ADVOGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO – SINDAPER - NOTA ((Este espaço é reservado para o/a ADVOGADO(A) fazer valer suas prerrogativas com críticas pertinentes e reclamações a respeito do funcionamento-da- ciência-jurídica-e-o-DIREITO.))... NOSSA-OPINIÃO: É plena- Nota de Repúdio à Resolução nº 591 do CNJ "As entidades subscritoras, que historicamente lutam pela valorização da advocacia e pela preservação do Estado Democrático de Direito, vêm a público manifestar sua profunda preocupação e veemente discordância com a Resolução nº 591, recentemente editada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Tal medida define que todos os processos jurisdicionais e administrativos em trâmite em órgãos colegiados poderão, a critério do relator, ser submetidos a julgamento eletrônico de forma assíncrona, com flagrante restrição à atuação plena do advogado. O advogado, assim como os próprios jurisdicionados, serão fragilizados em seu direito de acesso à Justiça. Isso representa não apenas um retrocesso na garantia do pleno exercício da advocacia, mas também um grave ataque aos pilares fundamentais que sustentam o direito de defesa e a ampla defesa, valores imprescindíveis para a realização da justiça e para a proteção dos direitos da sociedade. O advogado, enquanto indispensável à administração da justiça, é um ator fundamental na busca pela verdade, pela imparcialidade e pelo equilíbrio no sistema judicial. Qualquer tentativa de restringir ou enfraquecer sua atuação é, em última análise, uma afronta ao próprio Estado Democrático de Direito e aos valores que nos regem como nação. Diante disso, exortam o CNJ a reavaliar a Resolução nº 591, permitindo que prevaleçam o diálogo, a prudência e a preservação das garantias constitucionais, confiando no papel do CNJ como guardião da Justiça, relembrando que matéria processual é reservada ao poder legislativo." ---- XX ---- AASP / Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo-CESA/ Centro de Estudos das Sociedades de Advogados-IASP/ Instituto dos Advogados de São Paulo- MDA/ Movimento de Defesa da Advocacia-OAB-S.SP/ Ordem dos Advogados do Brasil Seção São Paulo –SINSA/Sindicato das Sociedade de Advogados dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro- SINDAPER/ Sindicato dos Advogados do Estado de Pernambuco . JUSTIFICAÇÃO: A indispensabilidade do Advogado/a na administração da Justiça. O advogado é essencial para garantir Direitos, facilitar o acesso à Justiça e promover mudanças sociais, sendo pilar fundamental de uma sociedade justa e democrática. A administração da Justiça é um dos pilares fundamentais de qualquer sociedade democrática e civilizada. Nesse contexto, o profissional advogado assume um papel de suma importância, sendo um agente indispensável para o funcionamento eficaz do sistema judiciário. A presença do advogado não apenas garante a defesa dos direitos individuais e coletivos, mas também assegura a efetividade da justiça, ao promover a ordem social e a proteção das liberdades civis. A defesa dos direitos e garantias fundamentais O Advogado é, antes de mais nada, o guardião dos direitos e garantias fundamentais dos cidadãos. A CF/88, em seu art. 5º, assegura a todos o direito à ampla defesa e ao contraditório, princípios que são concretizados pelo trabalho do Advogado. Pois sem a atuação desse profissional, muitos cidadãos poderiam enfrentar o sistema judicial desprotegidos, resultando em violação de direitos e injustiças. Os advogados também possuem a formação e o conhecimento necessário para interpretar a lei e assegurar que seus clientes recebam o tratamento justo que merecem, sendo fundamentais para a manutenção-do-Estado-de-Direito. Facilitadores-do-acesso-à-Justiça Os advogados atuam como facilitadores do acesso à Justiça, orientando e educando os cidadãos sobre seus direitos e deveres. Desempenham os advogados um papel crucial na superação de barreiras que podem dificultar a busca por justiça, como a complexidade dos trâmites legais e o desconhecimento das normas jurídicas. Ao fornecer suporte jurídico, os advogados ajudam a democratizar o acesso ao sistema judiciário, tudo para garantir que mais pessoas possam buscar e obter justiça. Segundo dados do CNJ, a presença de advogados é essencial para a redução do número de litígios, uma vez que eles propõem soluções adequadas para os conflitos, muitas vezes resolvendo disputas de forma extrajudicial. Promotores-da-Ordem-e-da-Justiça-Social Além de defender os interesses individuais, os advogados desempenham um papel socioeconômico importante na sociedade. Eles atuam em causas de interesse público, lutando por justiça social e equidade. Advogados que se dedicam ao direito ambiental, dos direitos humanos e da proteção de grupos vulneráveis impactam de forma direta a qualidade de vida da sociedade como um todo. Seu trabalho é crucial para despertar a consciência social e promover mudanças legislativas que favoreçam o bem comum. Ao se tornarem vozes de grupos marginalizados, os advogados contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Agentes-de-Transformação-do-Sistema-Judiciário Os advogados são também agentes de transformação no sistema judiciário. Com suas experiências em litígios, eles podem identificar ineficiências e lacunas nas legislações, para propor, assim, melhorias e reformas que visem a otimização dos processos judiciais. Essa atuação contribui para um sistema mais justo e eficaz, reduzindo o tempo de tramitação de processos e garantindo que as decisões sejam proferidas de maneira célere e justa. A participação ativa dos advogados nas discussões sobre reformas judiciais é essencial para que o sistema atenda de maneira eficaz às necessidades da sociedade contemporânea. Dado todo o exposto, é inegável que o advogado é um profissional indispensável à administração da justiça. Sua atuação multifacetada garante não apenas a proteção dos direitos individuais e coletivos, mas também promove o acesso à justiça, contribui para a ordem social e atua como agente transformador do sistema judiciário. A partir dessa perspectiva, é fundamental reconhecer a importância dos advogados como pilares da justiça, essenciais para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e democrática. Portanto, valorizar a advocacia e fortalecer o acesso à defesa legal são não apenas direitos dos cidadãos, mas deveres de toda a sociedade que minimamente almeje uma justiça mais célere, mais efetiva e mais inclusiva. POR: Gilda Figueiredo Ferraz de Andrade, Advogada, sócia fundadora do Escritório Figueiredo Ferraz Advocacia. Graduação USP, Largo de São Francisco, em 1.981. Mestrado em Direito do Trabalho - USP. Conselheira da OAB/SP. Conselheira do IASP. Diretora da AATSP. OBS! Texto extraído do link: https://www.migalhas.com.br/depeso/423920/a-indispensabilidade-do-advogado-na-administracao- da-justica- MIGALHAS – nº.6031 de 04/02/2025. NOTÍCIA- A PRESIDÊNCIA DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL- Beto Simonetti é reeleito para mais três anos à frente da OAB Nacional O Advogado amazonense Beto Simonetti, atual presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), foi reeleito nesta sexta-feira (31/01/2025) para seu segundo mandato à frente da entidade. Candidato único, ele recebeu 100% dos 81 votos válidos e comandará a OAB até 2028. Simonetti é o primeiro presidente reeleito da OAB desde a redemocratização. A eleição foi promovida em Brasília, no auditório externo do Superior Tribunal de Justiça. Casado e pai de dois filhos, Simonetti, de 46 anos, liderou a chapa OAB de Portas Abertas, dando continuidade à sua primeira gestão. Ele entra para a história como o primeiro presidente reeleito da Entidade desde a redemocratização do Brasil. Na primeira gestão, iniciada em 2022, entraram em vigor regras como a que exige a presença de ao menos 50% de mulheres e de 30% de negros ou pardos em todas as instâncias decisórias da OAB."Ao me colocar à disposição para presidir o Conselho Federal por mais um triênio, agradeço aos colegas do período anterior por tudo o que fizeram pela advocacia. Juntos, conseguimos para a profissão leis e decisões judiciais inéditas que aumentaram as proteções legais para as prerrogativas", disse Simonetti após a eleição. "Tenho muito orgulho de ter presidido a OAB em um momento desafiador. Conduzi a Ordem para resolver os problemas do dia a dia do advogado, distante da disputa político-ideológica. Graças à união da profissão, conquistamos leis e decisões que nos ajudam a enfrentar ataques aos honorários e às prerrogativas." Currículo -Simonetti é advogado desde 2001. Ele é formado em Direito pela Universidade Nilton Lins e pós-graduado em Direito Penal e Processo Penal pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Entre as funções que exerceu no Sistema OAB, estão a de conselheiro federal pela OAB-AM, secretário-geral do CFOAB, coordenador nacional do Exame de Ordem Unificado, diretor-geral da Escola Nacional de Advocacia e ouvidor-geral. A posse do presidente e da nova diretoria será promovida neste sábado (1º/2), também no STJ, a partir das 9h. Além de Simonetti, compõem o comando da OAB Nacional: Felipe Sarmento (Alagoas), vice-presidente; Rose Morais (Sergipe), secretária-geral; Christina Cordeiro (Espírito Santo), secretária-geral-adjunta; e Délio Lins e Silva Júnior (Distrito Federal), diretor-tesoureiro. As cerimônias não ocorrem na sede da OAB devido à reforma em andamento após o incêndio ocorrido no ano passado. Com informações da assessoria de imprensa da OAB Nacional.- ADVOGADOS DEFEDEM GESTÃO DA OAB NACIONAL E REEILEIÇÃO DE DIRIGENTES – HONRA AO MÉRITO- O Advogado Beto Simonetti, atual presidente do Conselho Federal da OAB, deve ser o quarto ocupante do cargo a ser reeleito. A possibilidade de reeleição na OAB Nacional é permitida pela Lei Federal 9.806/1994, a mesma que rege as seccionais da entidade nos estados, onde a recondução ocorre com frequência. Beto Simonetti deve ser o quarto presidente da OAB Nacional a ser reeleito. O ex- presidente nacional da OAB Bernardo Cabral (1981 a 1983), que foi deputado federal e relator- geral da Constituinte de 1988, diz confiar na reeleição de Simonetti e que o atual líder da advocacia jamais usou "do aval da omissão ou da cautela do silêncio, o que o credencia a não ser um pioneiro do nada ou um desbravador do inútil". A estudiosa Cléa Carpi, primeira mulher a receber a Medalha Rui Barbosa — principal honraria da advocacia brasileira —, afirma que Simonetti é credenciado a disputar a reeleição por sua "liderança firme à frente da nossa OAB e por seu compromisso com a defesa das prerrogativas constitucionais da advocacia e da cidadania, que o tornam merecedor deste reconhecimento." Outro jurista detentor da Medalha Rui Barbosa, Paulo Medina, que foi o relator-geral do atual Código de Ética da Advocacia, lembra o precedente do mineiro Fernando de Melo Viana, que presidiu a Ordem por três mandatos consecutivos, de 1938 a 1944. "Estou certo de que ele saberá honrar a missão que lhe está sendo confiada, em oportunidade rara na história da instituição", diz Medina. Outros presidentes reeleitos do Conselho Federal da OAB foram Levi Carneiro (1933 a 1938) e Raul Fernandes (1944 a 1948), ambos do Rio de Janeiro. O jurista Nabor Bulhões, também detentor da Medalha Rui Barbosa, avalia que a reeleição decorre dos resultados entregues por Simonetti em favor da classe que representa. "Com sua longa e consagrada presença no sistema da OAB, o presidente Beto Simonetti se credencia à reeleição da OAB Nacional pela sua notável e marcante liderança e atuação em prol da advocacia, das instituições jurídicas e do nosso Estado democrático de Direito", diz Bulhões. Os antecessores mais recentes de Simonetti também endossam sua recondução. "Em um momento de profunda divisão do país, Simonetti tem conduzido a OAB para a defesa do Estado democrático de Direito e dos valores constitucionais, sendo firme na proteção das prerrogativas dos advogados", diz Marcus Vinicius Furtado Coêlho (2013 a 2016). Claudio Lamachia (2016 a 2019) afirma que "a reeleição é legítima e deve servir aos interesses da advocacia, que é ter uma OAB combativa em favor das prerrogativas e distante da política partidária e das ideologias". Para Felipe Santa Cruz (2019 a 2022), "Beto Simonetti é um líder comprometido com as prerrogativas da advocacia e com a democracia no Brasil, como ele comprovou ao longo de sua gestão em diversos episódios desafiadores". TRANSPARÊNCIA Foi durante a gestão de Simonetti, em 2023, que o Supremo Tribunal Federal decidiu que a OAB não é obrigada a prestar contas ao Tribunal de Contas da União. O julgado foi comemorado pela Ordem, que considerava a sua vinculação ao TCU como um retrocesso na independência e autonomia de que goza para poder criticar e contestar os órgãos públicos e governantes quando avalia haver algum dano à advocacia e à sociedade. Na ocasião, o STF fixou a seguinte tese de repercussão geral: "O Conselho Federal e os Conselhos Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil não estão obrigados a prestar contas ao Tribunal de Contas da União, nem a qualquer outra entidade externa". A decisão foi tomada no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 1.182.189, com repercussão geral reconhecida (Tema 1.054). Prevaleceu no julgamento o voto do ministro Edson Fachin, que fez um resgate da história da entidade da advocacia. Ele relatou que a Ordem fora criada em 1930 por ato do presidente Getúlio Vargas, mas sem ser fruto de atuação estatal. O ministro ainda esclareceu que as anuidades não detêm natureza tributária e, para garantir que a entidade possa cumprir suas finalidades institucionais, ela não pode estar atrelada ao Estado. O Site do Conselho Federal disponibiliza, desde 2008, informações como balanço financeiro e patrimonial. As contas da entidade são sempre submetidas à aprovação do plenário, que é composto por 81 conselheiras e conselheiros federais eleitos pelo voto direto da advocacia — são três representantes de cada estado e do Distrito Federal. Além disso, a Ordem passa por auditoria independente, feita por grandes empresas do setor. Modelo democrático e consolidado A Lei Federal 9.806/1994 também estabelece o sistema eleitoral da OAB. Segundo a norma, as advogadas e os advogados de cada estado e do Distrito Federal escolhem, pelo voto direto, o presidente da seccional e os conselheiros federais e seccionais. Depois, os 81 conselheiros federais (três de cada estado e do Distrito Federal) elegem a diretoria responsável por conduzir o Conselho Federal, que é composta por presidência, vice-presidência, secretaria-geral, secretaria-geral adjunta e tesouraria. "O modelo eleitoral da OAB respeita os valores da Constituição Federal e tem as mesmas vantagens das demais instituições da República e da democracia, como assegurar o equilíbrio federativo e impedir a imposição de medidas por parte de um único Estado", explica o ex-presidente da OAB Marcus Vinicius Coêlho. Para concorrer ao cargo de presidente nacional da OAB, é preciso fazer a inscrição no período entre seis meses e um mês antes da data da eleição, apresentar o apoio de pelo menos seis seccionais e registrar uma chapa completa, com candidatas ou candidatos a todas as funções da diretoria. O não cumprimento desses quesitos acarreta o indeferimento da candidatura. A partir da gestão de Simonetti, iniciada em 2022, entraram em vigor regras que exigem a composição de ao menos 50% de mulheres e de 30% de negros ou pardos em todas as instâncias decisórias da entidade. A diretoria eleita em 2022, com Simonetti presidente, foi a primeira da história da OAB Nacional a seguir esses critérios. Neste ano, a chapa inscrita por Beto Simonetti tem o conselheiro federal □Felipe Sarmento, de Alagoas, que concorre ao cargo de vice-presidente; a conselheira □Rose Morais, de Sergipe, para o cargo de secretária-geral; a conselheira □Christina Cordeiro, do Espírito Santo, para secretária-geral-adjunta; e o conselheiro □Délio Lins e Silva Júnior, do Distrito Federal, para diretor-tesoureiro. Simonetti é advogado desde 2001. É formado em Direito pela Universidade Nilton Lins e pós-graduado em Direito Penal e Processo Penal pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Entre as diversas funções que exerceu no sistema OAB antes de assumir a presidência, estão a de conselheiro federal pela OAB-AM, secretário-geral do CFOAB, coordenador nacional do Exame de Ordem, diretor-geral da Escola Nacional de Advocacia e Ouvidor-Geral.POR :MÁRIO CHAER, é Diretor da Revista Consultor Jurídico e assessor de imprensa.FONTE: CONJUR DE 04 DE FEVEREIRO DE 2025. NOTICIA- PARA ALÉM DA CRÍTICA INFLUENCIADORA INDENIZARÁ ADVOGADO POR CHAMÁ-LO DE "DEMÔNIO" E "SUJO" JUIZ RECONHECEU DANO À IMAGEM E FIXOU INDENIZAÇÃO DE R$ 30 MIL. INFLUENCIADORA DIGITAL DEVERÁ PAGAR R$ 30 MIL POR DANOS MORAIS A ADVOGADO APÓS PUBLICAR POSTS EM REDES SOCIAIS CHAMANDO-O DE "DEMÔNIO" E "SUJO". JUIZ VALDIR DA SILVA QUEIROZ JUNIOR, DA 9ª VARA CÍVEL DE SÃO PAULO/SP, CONSIDEROU QUE AS OFENSAS ULTRAPASSARAM O DIREITO À CRÍTICA, ATINGINDO A HONRA E A REPUTAÇÃO DO ADVOGADO. O CASO - UM ADVOGADO AFIRMOU TER SIDO ALVO DE ATAQUES CONSTANTES E INJUSTIFICADOS POR PARTE DE UMA INFLUENCIADORA DIGITAL, QUE O CHAMOU DE "DEMÔNIO", "ADVOGADO SUJO", "BAIXO" E "DE QUINTA", ALÉM DE FAZER COMENTÁRIOS JOCOSOS SOBRE SUA SEXUALIDADE E INSINUAR INFRAÇÕES ÉTICAS E CRIMINOSAS, O QUE TERIA PREJUDICADO SUA IMAGEM PESSOAL E PROFISSIONAL. A INFLUENCIADORA ALEGOU QUE SUAS PUBLICAÇÕES ERAM INFORMATIVAS, SEM MENCIONAR O ADVOGADO DIRETAMENTE, E QUE, COMO FIGURA PÚBLICA, ELE ESTARIA SUJEITO A CRÍTICAS. NEGOU PERSEGUIÇÃO E AFIRMOU EXERCER SUA LIBERDADE DE EXPRESSÃO, ALÉM DE QUESTIONAR A VALIDADE DAS PROVAS APRESENTADAS. JUIZ CONDENA INFLUENCIADORA QUE OFENDEU ADVOGADO EM REDES SOCIAIS. DECISÃO - NA AVALIAÇÃO DO JUIZ, AINDA QUE O NOME DO ADVOGADO NÃO TENHA SIDO CITADO, AS POSTAGENS PERMITIAM SUA IDENTIFICAÇÃO. "AMIGOS E CONHECIDOS MAIS PRÓXIMOS COM NOÇÃO DO OCORRIDO PODERIAM FACILMENTE ASSOCIAR OS COMENTÁRIOS AO AUTOR. E TAL RECONHECIMENTO TORNOU-SE CONSUMADO, CONFORME AS MENSAGENS ENVIADAS AO AUTOR PERGUNTANDO DO QUE SE TRATAVA [---] QUALQUER UM DOS MAIS SESSENTA MIL SEGUIDORES DA RÉ, EM SIMPLES BUSCA NA INTERNET, PODERIA DESCOBRIR DE QUEM ELA ESTAVA FALANDO. O MAGISTRADO ENTENDEU QUE AS PUBLICAÇÕES ULTRAPASSARAM OS LIMITES DO ACEITÁVEL. "AS OFENSAS PROFERIDAS EXTRAPOLAM O ACEITÁVEL OU PERMITIDO E PASSAM A CONFIGURAR, NESSE CASO, DANO À IMAGEM DO AUTOR. NÃO BASTASSE ISSO, A RÉ AINDA TECEU COMENTÁRIOS JOCOSOS QUANTO À SEXUALIDADE DO AUTOR." PARA O JUIZ, "HOUVE PREJUÍZO À IMAGEM PESSOAL E PROFISSIONAL DO AUTOR, COM INSINUAÇÃO DE INFRAÇÕES ÉTICAS E ATÉ MESMO CRIMINOSAS, AS QUAIS FEREM SUA REPUTAÇÃO". DIANTE DISSO, CONSIDEROU CONFIGURADO O ATO ILÍCITO, NOS TERMOS DO ART. 186 DO CÓDIGO CIVIL, E FIXOU A INDENIZAÇÃO EM R$ 30 MIL. PROCESSO: 1116450-97.2023.8.26.0100. OBS! TEXTO COPIADO DO LINK: HTTPS://WWW.MIGALHAS.COM.BR/QUENTES/423931/INFLUENCIADORA- INDENIZARA-ADVOGADO-POR-CHAMA-LO-DE-DEMONIO-E-SUJO, FONTE: INFORMATIVO MIGALHAS Nº. 6032 DE 04/02/2025. NOTÍCIA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CONVÊNIOS- - R-E-L-A-Ç-Ã-O D-O-S C-O-N-VÊ-N-I-O-S E PRESTAÇÃDE DE SERVIÇO -PARA O O SEU CELULAR- COM ATENDIMENTO À DOMICILIO A FIRMA ASSISTÊNCIA TÉCNICA DECELULAR, ATENDE AO SEU CHAMADO. BASTA TELEFONAR PARA (810 8735.0443 E 9521.4278- OU NA RUA DR. AMARO PEDRO S/N BAIRRO DE SANTO ANTONIO – RECIFE/PE- AO LADO DA CAIXA ECONÔMICA- GUARARAPES, -BOX 1. FALAR COM 2RICARDO JOÃO DO NASCIMENTO. CONVÊNIO COM ÓTICA - "PONTO ÓPTICO"- RUA GERVÁSIO PIRES , 134 – BOA VISTA RECIFE- FONE/FAX (81) 3421.1153- E-MAIL: EMPRESAPONTOOPTICO@HOTMAIL.COM EMPRESAPONTOOPTICO@HOTMAIL.COMQUE OFERECE BONS DESCONTOS AOS ADVOGADOS- VISITE PARA MELHOAR SUA VISÃO CONVÊNIO COM DICCA CURSOS - O SINDICATO FIRMOU CONVÊNIO. HORÁRIO. TELS. 99785744 /8514.3965. CONVÊNIO GRÁFICA E EDITORA REAL LTDA –RUA DA AURORA, 573 LOJA 04 EDF. CAETÉS. BOA VISTA. FONE: 3222.4266. DESCONTO DE 10%. CONVÊNIO CLÍNICAODONTOLÓGICA – DRA, CLÁUDIA GUERRA-CONSULTORIO –CLÍNICA GERAL- RUA NOVA, 225 – 4º ANDAR SL. 404-EDF. SOLIMÕES. ENTRADA PELA RUA DA FLORES – SANTO ANTONIO – RECIFE- - TELS: 3028..33331 /87 95.2366 – DESCONTOS PARA OS FILIADOS DO SINDAPER. PREPARATÓRIO PARA CONCURSOS. POR APENAS R$ 200,00 MENSAIS (TARDE/NOITE) – AV. MONTEVIDÉU, 96. ABATIMENTO DE 15% PARA ADVOGADOS -FONE 3038.0172/3039.2693- EMAIL.CONTATO@DICCACURSOS.COM.BR CONVENIO COM A COPIADORA E GRÁFICA RÁPIDA-END. RUA ENGENHO UBALDO GOMES DE MATOS, 27 – SANTO ANTONIO –RECIFE-PE- TELES. 3082.51.02 // 9963.6966. –DESCONTO DE 10% EM TODOS OS SERVIÇOS.CONVENIO COM O TAPETES DE 8VINIL PERSONALIZADO- RESPONSÁVEL ELINE FELIPE – FONES: 9241.0417 // 8762.2995- DESCONTO DE 10% . CONVÊNIO CLINICA PSICOTERAPEUTICA ASSOCIADOS DO RECIFE- E- CLINICA PSICANALITICA SONIA COELHO AMBAS NA RUA DO RIACHUELO 325 SALA 217 – BOA VISTA. COM 20 % ABATIMENTO PARA OS FILIADOS DO SINDAPER. CONVÊNIO O SINDICATO FIRMOU CONVÊNIO COM A ACADEMIA ATENAS – VÁRIAS MODALIDADES DE GINÁSTICAS. LOCALIZADA NA RUA PRUDENTE DE MORAIS, 92- FONE: 3242.4727- HIPÓDROMO/CAMPO GRANDE-RECIFE. O FILIADO AO SINDICATO GOZA DE ABATIMENTOS DE 20% CONVÊNIO COM A OTICA SMONTE SINAI – COM ENDEREÇO NA AV. GUARARAPES, 86 – BAIRRO SANTO ANTONIO- RECIFE. TEL 3224.1455- COM ABATIMENTO DE 20 % A 30% EM QUALQUER TIPO DE ÓCULOS DE GRAU E ESPORTIVOS PARA CRIANÇAS E ADULTOS, LENTES DE CONTATO. COM ENTREGA RÁPIDA.CONVÊNIO CLÍNICA PSICOLÓGICA – DRA. JEANINE VALENÇA CAVALCANTI – RUA RIACHUELO, 105 S/908 – BOA VISTA. NAS 2ª, 3ª E 4ª FEIRAS. MARCAR.

Tempo hoje em Recife

26°
22°

DM - Dolar hoje

Dólar Comercial : 5,1620

Dólar Turismo : 5,3054

ANUNCIAR
(81)3424-6989
3224-6967/3424-6967
(81) 99871-0165